

O efeito-Planserv e a qualidade da assistência à saúde na Bahia

De acordo com o documento recentemente publicado intitulado "Demografia Médica no Brasil", coordenado pelo Professor Mário Scheffer da USP, o rendimento médio mensal dos médicos declarantes de Imposto de Renda na Bahia era o menor do Brasil no ano de 2020. Os dados trazidos neste estudo revelam, dentre outras coisas, que o médico típico na Bahia recebe aproximadamente 13% menos que o médico típico no Nordeste, que inclusive é a região que apresenta menores rendimentos para o profissional da medicina.

O que pode explicar parcialmente essa discrepância entre a remuneração dos profissionais médicos na Bahia e no restante do Nordeste e do Brasil? Este deve ser um fenômeno multifatorial, é verdade, mas uma hipótese que não deve ser descartada é um possível impacto do Planserv, maior plano de saúde do Estado da Bahia com cerca de 500 mil vidas seguradas, no rendimento médio dos médicos que prestam serviço no Estado. Evidentemente, se há uma relação direta entre a gestão do Planserv e a deterioração da remuneração dos médicos e demais profissionais de saúde, haverá também uma relação entre a gestão do Planserv e a piora na qualidade da assistência à saúde na Bahia. Chamarei esta relação de efeito-Planserv.

Um exemplo numérico ajuda a defender a plausibilidade deste efeito. Há exatos 10 anos, no início de 2013, o Planserv repassava para as clínicas parceiras R\$ 45,00 por consulta médica. Assumindo que o valor repassado pela consulta deve ser dividido entre clínicas e médicos em partes iguais, como geralmente é o caso, o repasse bruto por consulta (antes do pagamento de impostos/contribuições) para os profissionais médicos girava em torno de R\$ 22,50. Uma pergunta interessante que pode ser feita é quantas consultas de beneficiários do Planserv eram necessárias para um profissional médico obter um salário mínimo, que na época era R\$ 678. Eram necessárias 30 consultas, todas com direito à retorno gratuito em até 30 dias.

Hoje, em 2023, com salário mínimo de R\$ 1.320 e com repasse de R\$ 65,00 por consulta de beneficiários do Planserv, são necessárias 41 consultas para se obter um salário mínimo. São 11 consultas a mais do que há 10 anos para se obter o mesmo salário mínimo, ou seja, é preciso trabalhar muito mais para se obter a mesma remuneração relativa. De fato, a defasagem dos valores das consultas e procedimentos que são repassados do Planserv para as clínicas parceiras e profissionais de saúde é um movimento silencioso que tem afastado, também silenciosamente, bons e experientes profissionais do Planserv. Perdem os beneficiários, que estão com seus salários/benefícios corroídos pela inflação e ainda têm enfrentado inúmeras dificuldades para realizar consultas/exames/procedimentos, e perdem também os profissionais médicos, que precisam realizar muito mais consultas do que realizavam há dez anos somente para manter a remuneração relativa constante. Talvez esta seja uma explicação para o fenômeno das consultas-relâmpago tornar-se algo cada vez mais frequente no Estado da Bahia.

Em nossas estimativas, para que o poder de compra do repasse da consulta em termos de salário mínimo retorne para seu nível de 2013, o que tenderia a mitigar o efeito-Planserv, o repasse por consulta deveria aumentar dos atuais R\$ 65,00 para R\$ 88,00, ou seja, o reajuste necessário deveria ser de aproximadamente 35%. No entanto, a julgar pelas informações publicamente (in)disponíveis associadas com o baixo nível de organização coletiva da categoria médica, não há qualquer sinalização de que haverá reajustes no repasse do valor das consultas e procedimentos no curto prazo. Portanto, considerando que o efeito-Planserv é algo real e significativo, como acreditamos, a qualidade dos serviços ofertados por este plano de saúde estará cada vez mais comprometida, assim como a saúde dos profissionais médicos que prestam serviço no Estado da Bahia.

Cleiton Silva de Jesus, Doutor em Economia e Professor Titular da UEFS